

## TERRA, TRABALHO E AGRICULTURA: MODERNIZAÇÃO SEM MODERNIDADE

SONIA FLEURY<sup>1</sup>

A instauração da CPI do MST pelo Congresso Nacional colocou na pauta da discussão do ano eleitoral de 2010 o retorno do tema agrário, nas suas múltiplas dimensões. Por um lado, os representantes dos proprietários e do agronegócio defendem uma investigação sobre os dólares que entram no Brasil para financiar ações de um movimento que opera com requintes do terrorismo rural e urbano. Para o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) “Por trás disso tudo pode haver o interesse em conflagrar o campo brasileiro e diminuir a produtividade e a capacidade de concorrência”. Outra linha de investigações defendida é sobre o repasse de recursos do governo federal para entidades ligadas à reforma agrária, acusadas de repassá-los ao MST, já que este último não pode receber recursos públicos diretamente por não ter personalidade jurídica. Esta última situação é vista como anômala pelos que defendem a CPI, embora seja comum aos demais movimentos sociais, que por isso mesmo se distinguem das ONG que com eles se articulam e que, por serem instituições formais, podem receber recursos governamentais para promoção de eventos que o governo apóia, como o caso recente da Parada Gay no Rio de Janeiro.

Por outro lado, o MST alega que o principal objetivo da CPI é criminalizar o movimento para assim tirar o foco do debate sobre a revisão dos índices de produtividade no país, em vigor desde 1975, período de grande avanço técnico na agricultura que se refletiu no aumento de produtividade no país. A revisão do índice de produtividade permitiria a inclusão de novas propriedades na categoria de improdutivas, portanto, disponíveis para a reforma agrária. Uma nova tabela do índice está nas mãos do governo, embora o Ministro da Agricultura, Reynold Stephane já tenha avisado que se recusa a assinar tal portaria.

Um manifesto de intelectuais em apoio ao MST denuncia a grande exposição na mídia do vídeo no qual integrantes do movimento são vistos derrubando pés de laranja em uma fazenda cuja propriedade privada é questionada, afirmando: “Na ótica dos setores dominantes, pés de laranja arrancados em protesto representam uma imagem mais chocante do que as famílias que vivem em acampamentos precários, desejando produzir alimentos”.

Outro ator que se colocou neste debate foi o Judiciário, por meio do presidente do STF Ministro Gilmar Mendes, ao afirmar que já existe um aparato legal suficiente que deveria ser devidamente acionado pelo Estado contra as invasões.

Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário quer aproveitar a CPI do MST para regulamentar a medida provisória, editada no governo FHC, que proíbe repasse de dinheiro a entidade que participar de invasões e impede a desapropriação, por dois anos, do imóvel rural. Segundo afirma o Ministro Guilherme Cassel “essa lei não ajuda a resolver os conflitos, porque ela é só repressiva”.

No emaranhado de interesses que se manifestam aparece também a necessidade de regulamentação do processo de regularização fundiária para restringir, pelo menos em

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política, Professora Titular da EBAPE/FGV onde coordena o PEEP- Programa de Estudos da Esfera Pública

parte, a compra de terras por estrangeiros na Amazônia. As novas regras que tratam desse assunto foram incorporadas pelo presidente Lula ao decreto que regulamenta o programa Terra Legal, embora não constassem da MP que definiu o programa que pretende regularizar 67,4 milhões de hectares de um total de 500 milhões de hectares que compõem a Amazônia Legal. Além de limitar a terra em nome de estrangeiros ao máximo de 5.000 hectares, o decreto prevê o comprometimento do proprietário na recuperação da reserva legal do terreno (80% na área amazônica) e, se necessário, a recuperação da área de preservação permanente, sob pena de que o título de terra retorne às mãos da União quando essas exigências não forem cumpridas.

Como se toda essa teia de interesses contraditórios já não fosse suficiente, dados recentes sobre a estrutura fundiária, as relações de trabalho e o uso de pesticidas na agricultura demonstram que o problema é muito mais amplo e complexo.

A preservação, por mais de 30 anos de um dos índices de desigualdade na posse da terra mais elevados do mundo (GINI de 0,854), tem levado ao aumento do conflito no campo. A Comissão Pastoral da Terra registra que entre janeiro e julho de 2009 ocorreram 355 conflitos, afetando diretamente 193.174 pessoas, com um assassinato ocorrendo a cada 30 conflitos.

Assistimos no campo à convivência de um processo de intensa incorporação tecnológica e avanços na produtividade com a existência de condições de trabalho degradante. Segundo dados do Ministério do Trabalho para o ano de 2009, a maioria dos resgates de trabalhadores em situações análogas ao de escravo ocorreram na região Sudeste, a mais rica do país. Auditores fiscais atribuem ao moderno setor exportador que cultiva os laranjais a responsabilidade pela alta incidência do trabalho degradante na região.

Outro dado relativo ao dinamismo do capitalismo no campo e seu impacto ambiental pode ser visto nas consequências do vazamento, em Novembro de 2008, de pesticida no Rio Paraíba do Sul, cuja redução do número de espécies de peixes é sentido até agora. Apesar da ANVISA ter convocado uma consulta pública sobre a possibilidade de banir do país o uso deste agrotóxico - endossulfan – que já foi proibido em vários países, seus produtores alegam que ele não tem substitutos no Brasil e que sua proibição aumentaria os custos das culturas de cana-de-açúcar e algodão em 264%. Por fim, considera-se que a agricultura é um fator econômico importante para o país, que tem que ser competitivo globalmente.

Este conjunto de dados, apresentados recentemente pela imprensa nacional, nos leva a pensar sobre os paradoxos da modernização sem modernidade que caracteriza o que diz respeito à terra, trabalho e agricultura no Brasil. Em outros termos, o que leva a esta esdrúxula convivência entre setores capitalistas exportadores e altamente incorporadores de tecnologia avançada com a existência de grilagem de terras, trabalho escravo, conflitos e violência, concentração de terra e degradação do meio ambiente?

Fracassou a suposição de que a modernização capitalista nas formas de produção e sua inserção na economia globalizada fossem trazer no seu bojo a modernidade representada pela democratização das relações no campo, com o aumento da regulação estatal e a defesa dos interesses públicos e coletivos. Não foi a primeira vez que assistimos a este fracasso, haja vista a promulgação da Lei das Terras em 1850 que impediu o acesso dos escravos libertos a esse bem assim como a imunidade do campo ao projeto modernizador de Vargas nas relações de trabalho urbanas nos anos 30.

A pergunta que fica é até quando esta convivência promíscua entre modernização e atraso será possível em uma sociedade que quer ser democrática?